

A IMPORTÂNCIA DA ESTIMULAÇÃO PRECOCE PARA CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

ANDREIA DOMINGUES BITENCOURTE¹; RITA DE CÁSSIA MOREM COSSIO RODRIGUEZ³

¹*Universidade Federal de Pelotas – deiabitencourte@gmail.com*

³*Universidade Federal de Pelotas – rita.cossio@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

No presente estudo, abordaremos aspectos da construção do estado do conhecimento, como suporte teórico a investigação a ser empreendida no Programa de Pós Graduação em Ensino de Ciências e Matemática (PPGECM), sob o tema "importância da estimulação precoce para crianças com Transtorno do Espectro Autista". Embora no Brasil existam pesquisas recentes sobre o tema, ainda é bastante peculiar à aplicabilidade de técnicas e práticas pedagógicas que abordem essa temática, por necessitar da colaboração de inúmeros profissionais das mais diversas áreas que reúnem-se para discutir e elaborar um plano de intervenção ou estimulação precoce para crianças com autismo desde os primeiros anos de idade.

Com a ampliação das redes de Educação Infantil, cada vez mais cedo as crianças chegam às escolas de Educação Infantil que atendem crianças de zero a 6 anos de idade incompletos até o último dia do mês de março do referido ano letivo.

Nesse contexto, se faz necessário que cada vez mais os profissionais da educação principalmente, estejam aptos ao atendimento e acompanhamento pedagógico das crianças com deficiência.

Atualmente a Legislação Brasileira estabelece através do Decreto 8.368/2014 que regulamenta a Lei 12764/2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e no seu Art.1º considera a pessoa com Transtorno do Espectro Autista como pessoa com deficiência para todos os efeitos legais e ainda descreve que (Lei 12764 Art.4º):

É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar o direito da pessoa com transtorno do espectro autista à educação, em sistema educacional inclusivo, garantida a transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior.

Ainda dispõe no § 1º que o direito de que trata o caput será assegurado nas políticas de educação, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, de acordo com os preceitos da Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e no § 2º que caso seja comprovada a necessidade de apoio às atividades de comunicação, interação social, locomoção, alimentação e cuidados pessoais, a instituição de ensino em que a pessoa com transtorno do espectro autista ou com outra deficiência estiver matriculada disponibilizará acompanhante especializado no contexto escolar, nos termos do parágrafo único do art. 3º da mesma Lei.

Sendo assim, é imprescindível o investimento nos cursos de Formação de Professores, em especial aos Professores da Educação Infantil com o intuito de qualificar esses profissionais para o atendimento do aluno com TEA, para que esse, no desempenho da sua função possa não só atender a legislação em vigor, mas estar apto a receber esse aluno na sala de aula regular e propor práticas de ensino-aprendizagem que conte com as necessidades básicas desse aluno, estimulando a intervenção precoce com estímulos adequados, aproveitando a plasticidade cerebral que nessa faixa etária possibilita resultados positivos e mais expressivos, garantindo que dentro das especificidades de cada aluno seja contemplada a aquisição do conhecimento, fazendo com que esse aluno adquira autonomia e melhor qualidade de vida para si e para sua família.

A qualificação profissional não deve ser direcionada apenas ao professor da Sala de Recursos (AEE – Atendimento Educacional Especializado), mas para todos os profissionais, professores e educadores, visando ampliar a rede de atendimento e propor situações de Ensino-aprendizagem durante os momentos de lazer em família, durante a estada nas dependências da escola, e também durante a aula regular que atenda as necessidades do aluno com TEA, perpassando pelas interdisciplinaridades de forma que o aprendizado seja significativo ao aluno, para que esse possa associar o conhecimento que está aprendendo aos seus conhecimentos prévios ou relate-o aos seus interesses.

Por isso, precisamos propor estratégias que facilitem a aprendizagem das crianças com TEA na Educação Infantil (E.I), a fim de aproximarmos o conteúdo a ser ensinado dos interesses da criança, pois sabemos que a criança aprende com mais facilidade o que assimila aos seus conhecimentos prévios e preferências particulares.

Também se faz necessário a construção de uma rede de apoio que englobe a família, os professores e os demais profissionais, possibilitando maior acessibilidade, troca de informações e práticas que venham a contribuir para o desenvolvimento integral da pessoa com deficiência, por meio de materiais e práticas alternativas que lhe despertam interesse com a finalidade de alcançar o aprendizado possibilitando uma maior autonomia dentro de suas especificidades e competências.

As crianças em geral tem um jeito particular de ver o mundo e de fazer assimilações, principalmente às crianças com SA (Síndrome de Asperger – Um grau leve do TEA. Segundo (MOORE, 2005, p.102):

... no entanto, uma vez que você comece a entender seu jeito de pensar, suas limitações físicas, fragilidades sensoriais e sua necessidade de controle, pode começar a achar uma passagem para o seu mundo... [...] As desordens do espectro autístico não são curáveis, mas seus efeitos deletérios podem ser muito reduzidos [...].

Neste sentido, a investigação tem como objetivo geral, propor a organização de proposta de intervenção precoce, baseada nos princípios biopsicossociais e nas práticas recomendadas para a família, já consolidadas em diferentes países.

2. METODOLOGIA

O presente estudo é uma pesquisa vinculada ao PPGECM e encontra-se em fase inicial, nessa fase constitui-se de uma pesquisa bibliográfica (Gil 2002 p.44), como estado do conhecimento, visando embasar conceitos que sustentem a investigação proposta. Os estudos realizados até o momento enfatizam a necessidade de criarmos uma rede de atendimento inclusiva, prática e formativa para o atendimento das crianças com TEA. De acordo com a literatura, muitos são os benefícios da Intervenção Precoce (IP), segundo Almeida (2011) a IP proporciona um relacionamento satisfatório entre as famílias e os profissionais, pois quando os profissionais mediadores estão munidos de estratégias e atitudes eficazes promovem o envolvimento da família para a promoção e o desenvolvimento da criança (PINTO; SERRANO, 2015)

Para dar conta desta primeira etapa, foram estabelecidos os indicadores "intervenção precoce", "intervenção precoce com crianças TEA", "Educação Infantil e Intervenção precoce".

Salienta-se que, através da intervenção centrada na família e nos ambientes naturais da criança, envolvendo também os professores e demais profissionais que a atentem, da análise de seu desenvolvimento, gostos, prioridades e as necessidades globais e educativas que entendem ser prioridades, organiza-se, em rede, o planejamento de ações que possibilitem avanços tanto para a criança, como seu contexto familiar e escolar.

A prática de intervenção precoce recomendada para a infância, baseada em autores como Bronfenbrenner, aliada a centração na família e nos ambientes naturais, ainda encontra poucos estudos em contexto brasileiro, o que evidencia a emergência do estudo proposto.

O estudo terá continuidade como uma pesquisa qualitativa de cunho descritivo (GIL 2002 p.42) por utilizar-se de questionários semiestruturados e padronizados para a coleta de dados, assemelha-se a pesquisa-ação (Gil 2002 p.55) por caracterizar uma estreita associação entre a ação e a resolução de um problema coletivo, no qual os pesquisadores estão envolvidos de modo cooperativo e participativo, investigando e propondo ações junto dos pesquisados para a formulação de técnicas e instrumentos que forneçam subsídios às famílias e aos profissionais.

Será desenvolvido em uma escola de Educação Infantil da região sul do estado do RS, buscando implementar, de forma colaborativa, multiprofissional e interativa, os princípios da Intervenção precoce com crianças TEA, suas famílias e educadores.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esse trabalho está em fase inicial de construção dos referenciais teóricos e busca ampliar a discussão sobre o atendimento especializado e individualizado à criança com TEA na amplitude de seu espaço, de suas necessidades e das necessidades apontadas pela família e pelos profissionais envolvidos nessa pesquisa, segundo ALMEIDA 2011 é nessa interação que estreita-se o relacionamento entre os familiares e os profissionais de atendimento, proporcionando um melhor atendimento a criança (PINTO; SERRANO, 2015).

4. CONCLUSÕES

Como esse estudo está em fase de desenvolvimento, centramos na literatura que nos direciona no sentido de que a IP possa nortear as famílias e os profissionais envolvidos no trabalho com crianças com TEA.

Pode concluir ainda, segundo a literatura, que as famílias e os profissionais sentem-se mais seguros quando trabalham de forma interativa, pesquisando e propondo estratégias para o melhor desenvolvimento biopsicossocial da criança com TEA.

A continuidade da pesquisa pretende nortear novos estudos e propor a montagem de um plano de atendimento individualizado, a partir das informações dos familiares e dos demais profissionais da rede de atendimento, possibilitando um melhor acompanhamento das fases de desenvolvimento dessa criança de forma individualizada, corroborando para o desenvolvimento sócio afetivo e cognitivo de uma forma ampla.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, I. C. A intervenção centrada na família e na comunidade: O hiato entre as evidências e as práticas. Lisboa: Análise Psicológica, 2011.

BRONFENBRENNER, U. A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

.

GIL, Antônio Carlos, 1946-Como elaborar projetos de pesquisa/Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

LEI 9394/96, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em 15/08/2018.

LEI 12764/2012, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em 16/08/2018.

LEI 13146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em 23/08/2018.

PINTO, M.J.S.; SERRANO, A.M. Evaluation of family participation in the support provided by the early childhood teams. Revista de Estudios e Investigación en Psicología y Educación, v. Extr, n.11, 2015.

SANTOS, A. M. T. Autismo: desafio na alfabetização e no convívio escolar. 36 f. 2008. Monografia (Especialização em Distúrbios da Aprendizagem)–Centro de Referência em Distúrbios de Aprendizagem, São Paulo, 2008.